



POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
DIR. DE ENSINO, INSTRUÇÃO E PESQUISA
SELEÇÃO INTERNA PARA ACESSO AO
CFC PM/2021



PROVA ESCRITA OBJETIVA

DATA: 09/01/2022 – HORÁRIO: 09h00min às 12h00min (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

1. Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - a) Este caderno com 40 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - b) 01 (um) cartão-resposta, que **NÃO** será substituído por motivo algum e deverá ser entregue devidamente preenchido.
2. Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio deste CADERNO DE QUESTÕES utilizando caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
3. Escreva seu nome nos espaços indicados na capa deste caderno de questões, observando as condições para tal (assinatura e nome em letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado ao número da identidade e CPF.
4. Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E). Somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas **uma alternativa para cada questão**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
5. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
6. Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta para fins de pontuação
7. Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a **LISTA DE FREQUÊNCIA** e entregue ao Fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES**, que deverá conter sua assinatura, RG e CPF.
8. **O Tempo de duração para esta Prova é de 3 (três) horas.**
9. Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de decorridas **02h** de seu início.
10. O **CARTÃO-RESPOSTA** tem validade definitiva, o qual será utilizado para conferência final da prova.
11. Em hipótese alguma o candidato poderá levar o **CADERNO DE QUESTÕES**.
12. A folha de anotação do gabarito do candidato, ao lado, somente poderá ser destacada pelo fiscal da prova.

Nº DA IDENTIDADE

NÚMERO DO CPF

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

SELEÇÃO INTERNA PARA ACESSO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS PM/2021
FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para resolver as questões de 01 a 03.

TEXTO 01



01. A palavra “política” é acentuada por ser:

- a) proparoxítona
- b) paroxítona terminada em ditongo
- c) oxítona
- d) monossílabo tônico
- e) hiato

02. As palavras “abacaxis” e “pepinos”, conforme o sentido no texto, foram empregadas como sinônimas de:

- a) soluções
- b) frutas
- c) problemas
- d) jogos
- e) pessoas sem caráter

03. A palavra que foi empregada informalmente é:

- a) política
- b) tá
- c) noticiário
- d) clima
- e) estão

O texto a seguir serve de referência para a resolução das questões de 04 e 05.
Leia-o atentamente.

TEXTO 02



04. A palavra “porque”, no primeiro quadrinho, assume o papel de:

- a) comparação
- b) condição
- c) tempo
- d) proporção
- e) causa

05. Segundo o texto, a atitude do policial demonstra:

- a) falta de profissionalismo, pois ele deve pôr suas obrigações acima da moral.
- b) insubordinação, já que o policial deve agir como um “robô”, sem se importar com suas ações.
- c) uma falha de caráter, pois o bom profissional sempre cumpre suas obrigações.
- d) bom senso, pois não põe o dever acima da ética e da moral.
- e) extremo desrespeito à instituição, pois todos devem agir com rigor, independente da situação.

Leia o texto a seguir para resolver as questões de 06 a 09.

TEXTO 03

O artigo 144 da Constituição Federal regulamenta o funcionamento da segurança pública no Brasil. Prevê quais são os tipos de polícias e as funções de cada uma. À Polícia Militar, cabem as tarefas de fazer o policiamento ostensivo e preservar a ordem pública. À Polícia Civil, cabem as investigações de crimes e o cumprimento de ordens judiciais no âmbito local. A Polícia Federal atua também como polícia judiciária e na investigação de crimes, só que contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.

[...]

04 de julho de 2015 (Camila Paula)

06. A expressão “só que”, conforme seu sentido no texto, NÃO pode ser substituída por:

- a) porém
- b) mas

- c) no entanto
- d) entretanto
- e) pois

07. A conjunção “ou”, na penúltima linha, deve ser classificada CORRETAMENTE como:

- a) aditiva
- b) adversativa
- c) alternativa
- d) conclusiva
- e) explicativa

08. Assinale a opção em que a referência ao lado, quanto à classe gramatical da palavra destacada, está INCORRETA:

- a) O artigo 144 da **Constituição** Federal regulamenta o funcionamento da segurança pública no Brasil. – Substantivo
- b) Prevê **quais** são os tipos de polícias e as funções de cada uma. – Numeral
- c) À Polícia Militar, **cabem** as tarefas de fazer o policiamento ostensivo e preservar a ordem pública. – Verbo
- d) A Polícia Federal atua também como polícia **judiciária** e na investigação de crimes. – Adjetivo
- e) ... serviços e interesses da União **ou** de suas entidades autárquicas e empresas públicas. – Conjunção

09. Observe o trecho a seguir: *O artigo 144 da Constituição Federal regulamenta o funcionamento da segurança pública no Brasil.* Nele, o sujeito é simples e o núcleo desse sujeito é:

- a) artigo
- b) O
- c) Constituição
- d) Federal
- e) 144

TEXTO 04



10. Os textos mistos, ou seja, formados pela linguagem escrita e também por imagens, têm a função de deixar inferências, isto é, interpretações que, embora não estejam expostas no texto, são extraídas com base em sua leitura. O texto acima pressupõe que há, no Brasil:

- a) igualdade de direitos e boa distribuição de renda.
- b) forte indício de melhoria nos índices de criminalidade.
- c) diligência da classe política na resolução dos problemas sociais.
- d) desigualdade econômica e injustiças sociais.
- e) precariedade nos setores públicos e privados.

CONHECIMENTO JURÍDICO

11. Analise as alternativas abaixo e marque a alternativa correta:

- a) De acordo com o §4º, do art. 144, da Constituição Federal, compete às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais militares.
- b) A Constituição Federal prevê, em seu art. 37, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade e do devido processo legal.
- c) O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", será transferido para a reserva, nos termos da lei
- d) O art. 143, da Constituição Federal, prevê que o serviço militar é obrigatório nos termos da lei, portanto, as mulheres também exercerão do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitas, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.
- e) Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve, podendo ainda na ativa estar filiado a partido político.

12. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, previstos na Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- b) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- c) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- e) O civilmente identificado será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.

13. Analise as alternativas abaixo e marque a correta:

- a) No crime de homicídio, não é caso de diminuição de pena quando o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, sendo que o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- b) O feminicídio é o crime contra vida, praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.
- c) Praticará o crime de concussão o agente que solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

d) Praticará o crime de peculato o agente que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

e) Cometerá crime de corrupção passiva o funcionário público que se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

14. Analise as alternativas abaixo e marque a incorreta:

a) Violência doméstica ocorrerá se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

b) Incorrerá no crime de peculato o funcionário público que, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

c) O furto qualificado ocorrerá com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, com abuso de confiança, com emprego de chave falsa ou mediante fraude, escalada ou destreza, mediante concurso de duas ou mais pessoas.

d) O crime de roubo ocorrerá quando subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum.

e) Ocorrerá o crime de estupro quando houver constrangimento de alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

15. O Cb PM Xerxes, com xingamentos e demais palavras de baixo calão, ofendeu o 2º Ten PM Pantaleão, quando este, de serviço de Oficial de Dia ao QCG, deu-lhe uma ordem para retirar-se do quartel, por encontrar-se comportando inconvenientemente. Neste caso, o Cb PM Xerxes cometeu qual crime militar?

a) Insubmissão.

b) Desobediência.

c) Desacato a superior.

d) Abandono de posto.

e) Recusa de obediência.

16. Sobre o crime militar de embriaguez em serviço, é incorreto afirmar:

a) É um crime contra o serviço, que tem como sujeito ativo o civil ou o militar estadual ou federal.

b) É um crime propriamente militar, cometido apenas por militar.

c) Comete esse crime o militar que, mesmo sabendo estar escalado de serviço, ingere voluntariamente bebida alcoólica, embriagando-se antes de assumi-lo, apresentando-se para cumpri-lo nessa condição.

d) Haverá o delito de embriaguez em serviço se o militar se embriagar durante o serviço, não importando qual sua natureza (plantão, guarda, policiamento ostensivo, expediente etc.).

e) O crime de embriaguez em serviço consiste no fato do militar embriagar-se quando em serviço, ou apresentar-se embriagado para prestá-lo.

17. É o princípio por meio do qual a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos.

Isso ocorre, pois a Administração está vinculada à lei, podendo exercer o controle da legalidade de seus atos. Trata-se do princípio:

- a) Da legalidade
- b) Do contraditório.
- c) Da autotutela.
- d) Da publicidade.
- e) Da supremacia do interesse público

18. Sobre os atos vinculado e discricionário, podemos corretamente afirmar:

- a) O ato discricionário é aquele em que a lei estabelece todos os requisitos e condições de sua realização, sem deixar qualquer margem de liberdade ao administrador, ou seja, todos os elementos do ato estão vinculados ao disposto na lei.
- b) O ato vinculado é aquele que a Administração Pública pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei, quanto ao seu conteúdo, seu destinatário, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativa.
- c) A discricionariedade não se manifesta no ato em si, mas sim no poder de a Administração Pública praticá-lo.
- d) A atividade discricionária poderá dispensar a lei, poderá ser exercida sem ela, sem total observância e sujeição à lei.
- e) O ato discricionário pode prescindir de certos requisitos, tais como a competência legal de quem o pratica, a forma prescrita em lei ou regulamento e o fim indicado no texto legal em que o administrador se apoia.

19. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, marque a alternativa incorreta:

- a) Todo o indivíduo tem o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- b) Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- c) Todos os indivíduos tem direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica.
- d) Ninguém pode ser arbitrariamente preso ou detido, apenas exilado.
- e) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

20. Sobre os Pactos e Tratados Internacionais referentes aos Direitos Humanos, marque a alternativa incorreta:

- a) O Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos foi adotado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1966, consolidando, no âmbito internacional, o reconhecimento de uma série de direitos, tais como: o direito à vida; a não ser submetido à tortura; a não ser submetido à escravidão.
- b) O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia-Geral da ONU em 1966, consolidou no âmbito internacional, o reconhecimento de uma série de direitos, tais como: o direito à vida; a não ser submetido à tortura; a não ser submetido à escravidão.
- c) O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia-Geral da ONU em 1966, consolida, no âmbito internacional, uma série de direitos, entre eles: o direito ao trabalho, à liberdade de associação sindical, à previdência social, à alimentação, à moradia, ao mais elevado nível de saúde física e mental, à educação, à participação na vida cultural e no progresso científico.

d) A Convenção Americana de Direitos Humanos, popularmente conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, é um tratado celebrado pelos integrantes da Organização de Estados Americanos (OEA). Este documento só foi ratificado pelo Brasil em 1992, passando a ter validade no ordenamento interno a partir do Decreto 678, de 6 de novembro de 1992.

e) De acordo com a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 1984, não se considera como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

21. A Constituição do Estado do Piauí preleciona: “A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, da segurança dos estabelecimentos penais em geral e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.” Na atual conjuntura, quais dos órgãos abaixo integram o Sistema de Segurança Pública do estado do Piauí, para atingir esse fim?

- a) Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e Polícia Civil.
- b) Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Federal.
- c) Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e Guarda Municipal,
- d) Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiro Militar e Polícia Penal.
- e) Força Nacional de Segurança, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

22. Conforme a Constituição do Estado do Piauí, o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade, por sentença transitada em julgado, será submetido a julgamento de indignidade ou incompatibilidade com o oficialato, se a pena for:

- a) De até 02 (dois) anos
- b) Superior a 01 (um) ano
- c) Superior a 02 (dois) anos
- d) A partir de 02 (dois) anos
- e) Superior a 03 (três) anos

23. Conforme a lei que dispõe sobre o Conselho de Disciplina da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí (Lei nº 3.729, de 27/05/80), é CORRETO afirmar:

- a) O Conselho de Disciplina será composto de três (03) oficiais da Corporação Militar, sendo sempre o mais moderno membro o interrogante e relator.
- b) Por ser um processo de caráter impessoal, não há impedimento de integrar o colegiado o oficial que formulou a acusação.
- c) Não poderão ser submetidas a Conselho de Disciplina as Praças PM reformadas ou na reserva remunerada.
- d) Prescrevem-se em seis (06) anos, contados da data em que foram praticados, os casos previstos nessa lei.
- e) Compete apenas ao interrogante e relator reperguntar ao acusado e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

24. Com base na Lei nº 3.729, de 27/05/1980 (Conselho de Disciplina da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí), é CORRETO afirmar que o Conselho de Disciplina disporá de um prazo de:

- a) 30 dias, prorrogável por mais 30 dias
- b) 30 dias, improrrogável.
- c) 30 dias, prorrogável por mais 20 dias
- d) 20 dias, prorrogável por mais 20 dias
- e) 20 dias, prorrogável por mais 30 dias

25. Conforme o Decreto Estadual nº 3.548/80 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Piauí), é CORRETO afirmar:

- a) A disciplina e o respeito à hierárquica devem ser mantidos permanentemente pelos policiais-militares da ativa, estando isentos desse dever os da inatividade.
- b) É causa de justificação de transgressão disciplinar a relevância de serviços prestados pelo transgressor.
- c) É circunstância atenuante de transgressão disciplinar ter sido ela praticada em legítima defesa própria ou de outrem.
- d) No julgamento de uma transgressão disciplinar, não devem ser considerados os antecedentes do transgressor, pois não têm relevância com o fato por ele cometido.
- e) A disciplina policial militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, ordens, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes da OPM.

26. Quanto aos recursos disciplinares previstos no Decreto nº 3.548/80 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Piauí), assinale a alternativa CORRETA:

- a) São recursos disciplinares: o pedido de reconsideração de ato, a queixa e a representação.
- b) Queixa é o recurso disciplinar, normalmente redigido sob forma de ofício ou parte, interposto por autoridade que julgue subordinado seu estar sendo vítima de injustiça ou prejudicado em seus direitos, por ato de autoridade superior.
- c) A apresentação da queixa é cabível antes do pedido de reconsideração de ato ter sido solucionado e publicado em Boletim da OPM onde serve o queixoso.
- d) O pedido de reconsideração de ato deve ser apresentado no prazo máximo de quarenta e oito horas úteis a contar da data em que o policial militar tomar, oficialmente, conhecimento dos fatos que o motivaram.
- e) A apresentação da queixa deve ser feita dentro de um prazo de oito dias úteis

27. Com base no Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí (Lei n.º 3.808, de 16 de julho de 1981), assinale a afirmativa CORRETA.

- a) É privativa de brasileiro nato ou naturalizado a carreira de Oficial da Polícia Militar.
- b) A Polícia Militar do Estado do Piauí, subordinada operacionalmente ao Secretário de Justiça e Segurança Pública, é uma instituição permanente, considerada força auxiliar e reserva das Forças Armadas, com organização e atribuições definidas em Lei.
- c) Os policiais-militares da reserva remunerada poderão ser convocados para o serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, por ato do Secretário de Segurança Pública, desde que haja conveniência para o serviço.
- d) Policiais na situação de reformados pertencem à reserva da Corporação e percebem remuneração do Estado do Piauí, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação.

e) A carreira policial-militar é privativa do pessoal da ativa. Inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece à sequência de graus hierárquicos.

28. Conforme o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí (Lei n.º 3.808, de 16 de julho de 1981) o cargo policial-militar é considerado vago, EXCETO:

- a) A partir da criação do cargo até que um policial-militar tome posse.
- b) Cujo ocupante esteja em licença para tratar de interesse particular.
- c) Cujo ocupante tenha falecido.
- d) Cujo ocupante tenha sido considerado extraviado.
- e) Cujo ocupante tenha sido considerado desertor.

29. São direitos dos policiais-militares, previstos no Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí (Lei 3.808/81), EXCETO:

- a) A promoção.
- b) Insalubridade e periculosidade.
- c) Ocupação de cargo correspondente ao posto ou à graduação.
- d) Percepção de remuneração.
- e) As férias, os afastamentos temporários do serviço e as licenças.

30. Em consonância com o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí, o tempo necessário para que o policial militar, com paradeiro ignorado, sem indícios de deserção, seja considerado desaparecido é de:

- a) Mais de 08 (oito) dias.
- b) Mais de 120 (cento e vinte) dias.
- c) Mais de 60 (sessenta) dias.
- d) Mais de 15 (quinze) dias.
- e) Mais de 30 (trinta) dias.

CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

31. “[...] é o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal em prejuízo da vida, liberdade e propriedade. É uma atividade pertinente aos órgãos estatais e a toda comunidade, que visa proteger a cidadania.” (AMARAL, 2003, p. 26)

O trecho acima refere-se ao conceito de:

- a) segurança pública
- b) poder de polícia
- c) ordem pública
- d) polícia
- e) controle social

32. Na doutrina de aplicação do policiamento ostensivo, quanto aos princípios, devem ser observadas as seguintes premissas, EXCETO:

- a) O uso da farda, que chama a atenção da comunidade sobre o profissional que a enverga, representa a identidade da Polícia Militar e demonstra a presença institucional de um órgão de segurança pública.
- b) O policial militar deve exercer sua atividade de tal modo que desestimele o cometimento de atos antissociais, pela ação preventiva.

- c) A omissão, o desinteresse e a apatia são fatores geradores de descrédito e desconfiança por parte da comunidade e revelam falta de preparo e espírito de corpo do policial.
- d) Por ser uma atividade facilmente identificada pelo uniforme, exige atenção e atuação ativas de seus executantes.
- e) Todo e qualquer policial militar em atividade meio é responsável pela segurança na área geográfica sob sua jurisdição.

33. Sobre as modalidades de policiamento ostensivo, a doutrina considera os seguintes:

- a) Escolta, Ponto Base, Patrulhamento e Diligência
- b) Permanência, Patrulhamento, Diligência e Escolta
- c) Ponto Base, Escolta, Diligência e Permanência
- d) Fiscalização, Patrulhamento, Diligência e Escolta
- e) Ponto Base, Fiscalização, Patrulhamento e Diligência

34. O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) é integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica.

São integrantes estratégicos e operacionais do SUSP:

- a) Secretaria Nacional de Segurança Pública e Polícias Militares
- b) Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social e Guardas Municipais
- c) Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas e Corpos de Bombeiros Militares
- d) Polícias Cíveis e Polícias Militares
- e) Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Conselhos de Segurança Pública

35. Conforme a Constituição do Estado do Piauí, promulgada em 1989, ao tratar do tema segurança pública, é correto afirmar, EXCETO:

- a) A segurança pública, organizada sob a forma de sistema, será coordenada, supervisionada e controlada pelas Secretarias de Estado correspondentes, órgãos encarregados da prestação dos serviços de polícia em geral e de polícia penal especializada, no território do Estado.
- b) A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com a Polícia Civil e a Polícia Penal, ao Governador do Estado.
- c) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, mediante autorização do Prefeito Municipal.
- d) O exercício da função policial é privativo do policial de carreira, recrutado, exclusivamente, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme dispuser a lei, e submetido a curso de formação policial.
- e) À Polícia Militar cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública; ao Corpo de Bombeiros Militar, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

36. A prevenção comunitária do crime está incorporada na noção de que os meios mais eficazes de evitar o crime devem envolver os moradores na intervenção proativa e na participação em projeto, cujo objetivo seja reduzir ou prevenir a oportunidade para que o crime não ocorra em seus bairros (ROSENBAUM apud MOORE, 2003, p.153).

Para a definição de policiamento comunitário, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O policiamento comunitário traduz-se como uma maneira inovadora e mais poderosa de concentrar as energias e os talentos da polícia na direção das condições que frequentemente dão origem ao crime e a repetidas chamadas por auxílio local, o que deve passar, obrigatoriamente, pelo comprometimento do policial.
- b) Enquanto Polícia Comunitária é a ação de policiiar, patrulhar o território para evitar, pela presença do agente público, a prática de ilícitos penais e contravencionais, de desenvolver ações efetivas junto à comunidade com o escopo de prevenir delitos e eventualmente reprimi-los, o Policiamento Comunitário é a filosofia de trabalho indistinta direcionada a todos os integrantes das instituições policiais, sendo um de seus pilares estruturais.
- c) O policiamento comunitário se define como um esquema sequencial de ações que sejam eficientes e efetivas à comunidade.
- d) O policiamento comunitário vai muito além de simples ações de aproximação comunitária sem utilidade social efetiva aparente, haja vista que deve buscar atingir patamares de mudança social que reflitam em melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade atendida.
- e) O diferencial do policiamento comunitário consubstancia-se num serviço policial que se aproxime das pessoas, com identificação bem definida, personalizando o policial, com um comportamento regulado pela frequência pública cotidiana, submetido, portanto, às regras de convivência cidadã.

37. O controle externo da atividade policial é uma cláusula constitucional prevista na Carta Magna, que estabelece ser função institucional do seguinte órgão:

- a) Corregedoria Geral de Justiça
- b) 9ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça
- c) Ministério Público
- d) Defensoria Pública
- e) Procuradoria Geral de Justiça

38. No procedimento de abordagem da pessoa a pé, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O policial militar deve recomendar ao abordado para virar o rosto ao contrário do revistador ou determinar que olhe para baixo.
- b) O policial quando sozinho deverá sempre solicitar apoio e, em caso de não haver tempo hábil, deve primeiro manter o abordado sob controle e, após, solicitar apoio.
- c) Após revistar o lado direito, o policial afasta-se e passa por trás do policial que está responsável pela segurança e efetua a busca no outro lado.
- d) Após revistar o lado esquerdo, o policial afasta-se, saca a arma, aponta para a base do abordado e dá sinal ao seu companheiro, para que este venha revistar o lado direito.
- e) O policial que é o segurança deverá ficar atento e tentar cobrir o maior ângulo possível ao redor do ambiente, ao mesmo tempo que o seu parceiro faz a revista.

39. Na abordagem a veículo de passeio, alguns procedimentos devem ser observados na sua execução de maneira técnica, visando propiciar maior segurança. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O patrulheiro autoriza um dos policiais militares a iniciar a revista no automóvel, que se inicia pelo lado em que estão os suspeitos.
- b) O Revistador verifica a porta (espaço entre a lateral e a lata), e todo um lado interno do automóvel, ao passar para o outro lado, dá a volta externamente, deixando a porta fechada para que a visão do proprietário continue plena.

SELEÇÃO INTERNA PARA ACESSO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS PM/2021
EDITAL Nº 02/2021/DEIP/PMPI

- c) Qualquer objeto ilegal, entorpecente ou arma de fogo que for encontrado no veículo, deve ser informado ao comandante da guarnição. Objetos de valor e dinheiro são imediatamente entregues ao comandante da guarnição que os repassa ao proprietário, que deve conferi-los.
- d) Em toda situação, a iniciativa e comunicação com os suspeitos sempre partem do patrulheiro.
- e) O comandante da guarnição deve sinalizar acionando giroflex, piscando faróis altos e ligando a seta indicando qual lado da via o veículo deverá parar, sempre que possível o lado direito, evitando-se prejuízo ao trânsito.

40. Trata-se de ato administrativo realizado pela Administração Pública, no exercício do poder de polícia:

- I. Apreensão de veículos irregulares pela autoridade administrativa competente.
- II. Aplicação de multa a restaurante que infringiu normas ligadas à proteção da saúde pública.
- III. Edição, pelo Estado, de atos normativos de alcance geral.
- IV Demolição pela Prefeitura de um imóvel construído clandestinamente em logradouro público.
- V. Interdição de estabelecimento pelo Corpo de Bombeiros, em decorrência de irregularidades detectadas em inspeção,
 - a) as alternativas I, II e IV estão corretas.
 - b) as alternativas III e IV estão corretas.
 - c) somente a alternativa I está correta.
 - d) todas as alternativas estão corretas.
 - e) somente a alternativa V está correta.